

# Construção e Manipulação do Discurso Arqueológico: O Mito das Raízes Étnicas

Maria Manuela Martins

## Introdução

Este pequeno texto serviu de base a uma conferência, com o título *Raíz Étnica dos povos do Noroeste português*, proferida no dia 18 de Maio de 1996, no encerramento das XIV Jornadas Galaico-Durienses de Pneumologia, que teve lugar no Hospital Pedro Hispano de Matosinhos, conferência que me foi solicitada pelo Presidente da Sociedade Portuguesa de Pneumologia, o Professor Doutor Agostinho Marques, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Não me considerando, de modo algum, especialista nas questões relativas à etnicidade e tendo plena consciência de que uma abordagem do tema exige um tratamento multidisciplinar, cruzando dados de natureza cultural, antropológica e genética, entendi, contudo, que a divulgação deste texto, que explora sobretudo os aspectos culturais da questão, poderia ter algum interesse, uma vez que, constituindo um exercício crítico sobre a construção e valor social do discurso arqueológico, tem, pelo menos, a vantagem de elucidar o leitor não especializado em Arqueologia sobre os limites do conhecimento produzido por esta disciplina.

Formulo aqui o meu reconhecimento ao Professor Doutor Agostinho Marques, cujo amável e insistente convite para falar da raiz étnica dos galaicos me deu, afinal, o ensejo para redigir este texto. Agradeço, também, ao Professor Doutor Lúcio Craveira, que sempre me manifestou o seu interesse por esta temática, a oportunidade de o publicar na revista *Forum*, da qual é director.

As características deste texto decorrem do objectivo que lhe deu forma: uma conferência. Tendo decidido não alterá-lo para publicação, limitei-me a compor-lhe o título, a juntar-lhe uma introdução e alguma bibliografia, que usei na sua preparação e que pode servir de orientação ao leitor.

## 1

### O quadro de referência: a leitura e compreensão do passado

O debate teórico que tem animado, nos últimos quinze anos, as Ciências Sociais e Humanas, entre as quais se situa a Arqueologia, permitiu desmontar os contextos da formulação do conhecimento nessas disciplinas e demonstrar que ele está, e sempre esteve, histórica e socialmente comprometido.

Porque na base de qualquer conhecimento científico estão os questionários e porque estes estão sempre condicionados pelo clima de pensamento que os permite elaborar, é inevitável que aceitemos a premissa de que as questões que são formuladas e resolvidas no âmbito de qualquer prática científica e disciplinar dependem de interesses sociais concretos, ditados, em grande medida, por contextos de natureza ideológica e pelos interesses pessoais dos próprios investigadores, limitados que estão estes, naturalmente, pelo processo de enculturação a que são submetidos no quadro da aprendizagem e desempenho profissionais.

Em poucos anos perdemos uma inocência que, durante quase dois séculos, permitiu erguer um edifício cognitivo sobre a sociedade, sustentado num modelo de racionalidade que tinha por pressuposto a falácia de que era

possível distinguir com rigor o objecto investigado do sujeito investigador. Sabemos hoje que as questões e interpretações dos factos sociais estão sempre eivadas de intenções.

Podemos mesmo ir mais longe. Os problemas que investigamos no quadro das Ciências Sociais e Humanas estão naturalmente condicionados pelas ideias que temos sobre as coisas e, no fundo, são essas ideias que direccionam a nossa atenção para os factos e informações que consideramos mais pertinentes. A aparente coerência entre questões e factos acaba por creditar a relevância dos problemas que são abordados e das interpretações que formulamos.

Movimentamo-nos, de algum modo, num círculo vicioso, que só pode ser rompido pela consciencialização de que as proposições que muitas vezes estabelecemos como postulados científicos só são verdadeiras ou falsas de acordo com os modelos de raciocínio que adoptamos.

Destes breves enunciados decorre, naturalmente, a ideia de que os factos observados são sobredeterminados por ideias e teorias, que os tornam legíveis, alimentando-se estas, simultaneamente, dos factos observados. Neste sentido, é forçoso que aceitemos que, em termos de comportamento social, não existe uma Verdade a atingir, nem, naturalmente, qualquer caminho objectivamente credível para a encontrar. Será preferível aceitarmos uma postura mais modesta que estabeleça como objectivo de conhecimento uma aproximação aos factos que construímos, por necessidade social, usando como metodologia, tanto a razoabilidade argumentativa das asserções, como a crítica sistemática dos enunciados.

A coerência com esta postura, relativamente ao conhecimento no quadro das Ciências Sociais e Humanas, exige que, para abordarmos o problema da raiz étnica dos povos do Noroeste peninsular, situemos o problema genérico da etnicidade no quadro da prática discursiva da Arqueologia e demonstremos os seus compromissos sociais. Poderemos, deste modo, contextualizar o interesse e estudo do tema e situar o que se sabe, ou julga saber, sobre a raiz étnica dos povos do NO peninsular.

## 2

## O problema genérico:

## o papel da etnicidade no discurso arqueológico

A racionalização do problema da etnicidade é uma formulação específica da sociedade ocidental, pois outras comunidades, independentemente do grau de consciência étnica que possuem, não se colocam essa questão nos mesmos termos.

Na sociedade ocidental tal formulação resultou de um apelo historicamente situado, que radica na procura de uma identidade colectiva legitimadora da afirmação dos Estados-nações da Europa. A procura dessa identidade afirmou-se pela busca das origens ráticas, étnicas e culturais das populações modernas, legitimando, no séc. XIX, a constituição de alguns Estados europeus e alimentando os nacionalismos românticos de outros. A busca da identidade, da etnicidade e da tradição cultural viria, correlativamente, a dar expressão a uma noção ocidental de passado, conferindo a este conceito um valor sem qualquer precedente histórico ou social anterior.

Foi precisamente esse valor social que permitiu a afirmação científica da História e da Arqueologia, que se constituíram, a partir de então, como narrativa sobre a formação dos Estados-nações da Europa moderna, ajudando à construção de uma memória colectiva, partilhada pelas populações.

O problema da etnicidade emergiu, assim, no quadro da modernidade europeia, estando, por isso, histórica e socialmente determinado pelas ideias que a sociedade europeia tinha e tem de si própria. Impondo-se como problema e conceito operativos, tornou-se, também, objecto de análise, porque representava um problema socialmente útil.

As questões relativas à origem dos povos modernos e às suas raízes étnicas, abordados no quadro da História e da Arqueologia constituem, assim, um exemplo típico dos compromissos ideológicos das Ciências Sociais e Humanas, pois o discurso destas disciplinas responde às necessidades da sociedade.

Entre as tendências que perfilaram a afirmação científica da Arqueologia como disciplina científica, no séc. XIX, vamos encontrar, precisamente, os discursos da identidade e da etnicidade, que se vão constituir sob o signo da auto-justificação e da auto-legitimação política e nacionalista dos Estados europeus.

Foi neste contexto que se registou um contributo decisivo à abordagem da Pré-História europeia, que viria a influenciar profundamente a investigação arqueológica durante décadas. Ele foi dado por Gustav Kossina. Não sendo o primeiro investigador a articular achados arqueológicos com povos específicos, o seu pensamento e metodologia acabariam por situar as questões étnicas como o problema nevrálgico da investigação pré-histórica. Basicamente as suas ideias centravam-se na possibilidade da Arqueologia definir províncias culturais, correspondentes a áreas geográficas, a partir da recorrência dos traços materiais, como objectos metálicos, cerâmicas, povoados ou formas particulares de enterramento. Tais províncias seriam equivalentes a povos particulares. Ou seja, as áreas culturais definidas arqueologicamente expressariam grupos étnicos que deveriam equivaler, por sua vez, aos povos descritos pelos autores gregos e romanos, quando entraram em contacto com essas populações.

Exemplo bem demonstrativo deste quadro de pensamento foi a questão do Reich Germânico, onde o discurso étnico da Arqueologia seria usado para legitimar a unificação dos territórios de língua alemã, pois, supostamente, estaria demonstrada uma relação de correspondência entre a raça ariana, os povos germânicos, relatados pelo historiador romano Tácito e as populações modernas que falavam alemão.

O papel desempenhado por Gustav Kossina foi de uma enorme transcendência académica e social.

Transcendência académica, porque ao fazer equivaler culturas arqueológicas a povos e raças estabeleceu a agenda para décadas de investigação arqueológica nacional e regional, cujos objectivos se centravam na determinação das especificidades culturais dos diferentes países e regiões, tanto quanto possível correlacionáveis com os povos descritos pelos autores da

antiguidade clássica. A descoberta dos Germanos, dos Celtas, dos Iberos, dos Celtiberos e, no caso português, dos Lusitanos e Galaicos, insere-se perfeitamente nos postulados desta agenda.

Transcendência social, porque foi o discurso de Gustav Kossina que conferiu um significado socialmente útil aos achados arqueológicos que, só muito pontualmente, têm interesse fora do quadro da prática disciplinar, ou fora de uma elite social erudita. De facto, a presunção de que a Arqueologia podia documentar a raiz étnica das populações modernas, legitimando a continuidade de ocupação dos mesmos espaços, supostamente percorridos pelos antepassados das populações actuais, não deixando de ser uma mitologia, era, e é ainda, enormemente atractiva. Foi precisamente esta utilidade imediatista do discurso arqueológico que permitiu, nalguns países, o desenvolvimento da investigação arqueológica, a consolidação académica da disciplina, a criação de vários Museus e a implemetação de mecanismos de protecção patrimonial, facto que muito contribuiu para o desigual desenvolvimento desta disciplina a nível europeu e para o diferenciado nível de consciência patrimonial das nações. Ou seja, a sedimentação de uma consciência histórica e patrimonial, sentida de forma diferente pelos europeus, constituiu o resultado de um processo político de afirmação nacionalista, legitimado por um discurso académico, ele, também, determinado pelo contexto social da Europa dos finais do séc. XIX, inícios do XX. De certo modo, assistimos a uma mudança de mentalidade que se caracteriza pela passagem de uma perspectiva elitista e erudita do passado, própria da tradição colecionista e antiquarista, que valorizava sobretudo a estética dos objectos e obras de arte, para uma perspectiva mais democrática do passado, agora transformado em memória colectiva, sendo, como tal, mais legível e susceptível de ser partilhado por todos.

As conotações rácicas que o discurso da etnicidade viria a assumir no quadro da 2.<sup>a</sup> guerra mundial, acabariam por enfraquecer a importância da questão. De facto, assistiu-se a uma alteração do discurso arqueológico que irá censurar e sublimar a interpretação étnica das culturas arqueológicas, tão valorizada na primeira metade do séc. XX. No entanto, a ideia de que as culturas reconhecíveis nos traços materiais recuperados pela Arqueologia tinham alguma coisa a ver com os povos e tribos referidos na tradição

histórica nunca desaparecerá por completo, mantendo-se como ideário implícito de uma Arqueologia de raiz e matriz histórica e cultural, que persiste até hoje, sendo ainda largamente dominante em termos académicos.

Foi V. Gordon Childe, eminente pré-historiador australiano, que estabeleceu uma outra agenda para a investigação arqueológica do pós-guerra, diferente da de Gustav Kossina, defendendo a ideia de que as culturas arqueológicas, enquanto entidades discretas, legíveis pela recorrência de traços materiais, resultavam do desenvolvimento socio-económico das comunidades, em larga medida condicionado pela sua adaptação a ecologias específicas. Esta perspectiva será prioritariamente desenvolvida nos países de expressão anglo-saxónica, merecendo destaque o papel desempenhado pelas escolas de Cambridge e Oxford.

Sublimando o seu interesse pelas raças, etnias e migrações sistemáticas, questões típicas de uma fase de afirmação do discurso arqueológico, a Arqueologia do pós-guerra irá orientar-se, por influência da Antropologia Cultural britânica, tipicamente funcionalista, para questões relacionadas com a tecnologia, a economia, a ecologia e a organização social das comunidades pré-históricas. Mais recentemente, a Arqueologia vem valorizando a componente ideológica e cognitiva dessas sociedades, onde cabem as questões relacionadas com a religião, a hierarquia, o problema da identidade das populações pré-históricas e, curiosamente, também, as questões da etnicidade.

### 3

#### O problema específico:

#### o que se conta sobre a raiz étnica do povos do Noroeste

Vejamos agora qual o quadro dos conhecimentos relativos às raízes étnicas das populações que habitaram o Noroeste peninsular.

Esse quadro foi estabelecido com base na interpretação das fontes literárias greco-romanas, que referem o povoamento pré-romano, na Linguística com-

parada e na Arqueologia. Muito do que se sabe, ou julga saber, foi formulado no âmbito de uma investigação de matriz histórico-cultural, que usa os pressupostos e modelos interpretativos de Gustav Kossina, sem atingir, todavia, as conotações ráticas do seu discurso.

O conjunto das fontes literárias referentes à Península Ibérica, compilado nas *Fontes Hispaniae Antiquae*, fornece uma imagem truncada e imprecisa da geografia e do povoamento antigos desta região, sendo, por isso, de validade muito relativa. Trata-se de notícias de geógrafos e historiadores, em geral breves, frequentemente confusas, predominantemente tardias e que exigem uma análise crítica<sup>1</sup>.

Desse conjunto de fontes merece particular destaque a obra de Plínio, historiador romano do séc. I que, na sua obra *História Natural*, descreve a organização das populações do Noroeste peninsular, fornecendo, também, os nomes dos diferentes povos em que se agrupavam.

A tentativa de localizar geograficamente os povos citados por Plínio tem desafiado vários investigadores. Destacamos a este respeito, em particular, os contributos de A. Tranoy (1980), de Armando Coelho da Silva (1986) e de Jorge de Alarcão (1992).

Os *Leuni* e *Seurbi* ocupariam o território entre Minho e Lima; os *Bracari* o território entre Lima e Douro. A região de Chaves seria ocupada pelo *Turodi*, mais tarde designados por *Aquaflavienses*. No vale superior do Lima viveriam os *Limici*. Os *Equesi* estariam localizados entre as Serras do Gerês e Larouco. Os *Interamici* a oriente de Chaves, entre o Tâmega e o Tuela. Os *Calllaeci* localizar-se-iam na margem direita do Douro. No entanto, o designativo Galaicos aparece aplicado, também, ao colectivo dos povos do Noroeste da Península, entre o Douro e o litoral norte, talvez porque terão sido a primeira etnia com que os romanos contactaram após a travessia do Douro.

A utilização do registo literário para reconstituir o povoamento pré-romano do Noroeste não pode ignorar várias questões. No que respeita ao problema cronológico, importa frizar que a sua validade não pode recuar além dos dois últimos séculos antes da nossa era, pois é a esse período que se reporta a



generalidade dos escritos que chegaram até nós. Por outro lado, desconhecemos qual o sentido da diferenciação étnica sugerida pelo nome de tantos povos diferentes, hipoteticamente justificável por uma origem diferenciada. No entanto, a Linguística questiona esta explicação demonstrando que todos estes povos partilhavam o mesmo fundo linguístico indo-europeu. Também a religião e a estrutura social e política destas comunidades não parece distingui-los grandemente, antes os referenciando a um fundo igualmente comum, também ele reconhecido como indo-europeu.

Por sua vez, as investigações arqueológicas documentam uma razoável homogeneidade no povoamento da região do Noroeste português, estruturado com base numa ocupação sistemática das principais bacias hidrográficas, por parte de comunidades que se organizam em povoados fortificados, que registam, na sua maioria, uma longa e sucessiva ocupação ao longo do I milénio a.C..

Embora com alguma variabilidade, explicável mais pela hierarquia social e funcional dos povoados do que por razões de diversidade étnica, os castros do Noroeste português patenteiam o mesmo tipo de estruturas habitacionais e defensivas, o mesmo tipo de cerâmicas e objectos metálicos, exibindo, igualmente, numa vasta área, objectos de prestígio similares, designadamente uma elaborada ourivesaria dentro da qual se cruzam influências estilísticas mediterrânicas e continentais.

Por outro lado, estas comunidades parecem partilhar o mesmo tipo de economia, ligada a uma exploração intensiva e polivalente dos recursos de vale e de monte e uma organização social similar.

Não deixa de ser interessante constatar que os traços culturais reportáveis ao território do actual noroeste português transcendem a barreira geográfica do Douro, para sul, sendo partilhados por outros povos que habitavam a Beira Litoral e Interior, considerados etnicamente diferentes dos Galaicos, designadamente pelos Túrdulos, na fachada ocidental e pelos Lusitanos localizados no interior.

Nesta fase da nossa exposição poderíamos sintetizar os dados do nosso

problema sobre a raiz étnica das populações do Noroeste português, do seguinte modo:

1. a Linguística diz-nos que estas populações se enquadram na grande família indo-europeia, embora possam ser distinguidos dois estratos étnicos diferenciados, um pré-celta e outro celta;
2. a Arqueologia documenta, para o período em que supostamente se terá operado a influência indo-europeia, ou seja, o I milénio a.C, uma continuidade de povoamento dos mesmos espaços, usando o mesmo tipo de habitats e a mesma base económica e cultural;
3. as fontes literárias dizem-nos que, nos dois últimos séculos antes da nossa era, existiam comunidades sub-regionais, com nomes diferenciados, que os romanos designaram de *populi* e cuja onomástica, por eles transmitida, tem sugerido constituírem grupos étnicos diferenciados.

A Linguística remete-nos, assim, para uma origem indo-europeia das populações do Noroeste peninsular. Assumindo como certo um substrato linguístico indo-europeu para as tribos e povos proto-históricos desta região, poderíamos perguntar-nos como se terá processado a sua influência?

Tradicionalmente, os investigadores consideraram que a indo-europeização do Ocidente Europeu se teria iniciado nos finais da Idade do Bronze, ou seja, na transição do II para o I milénio antes da nossa era, através de sucessivas vagas migratórias de povos oriundos de além Pirinéus, diferenciando um grupo mais antigo, com línguas pré-celtas, datado desse período e um grupo mais recente, já céltico, de meados do I milénio antes de Cristo. As tribos e povos da Galécia teriam, supostamente, chegado à região nessas duas vagas migracionistas. A diacronia dessas vagas poderia explicar a diferenciação étnica sugerida pelos múltiplos nomes dos povos conhecidos a partir das fontes literárias. No entanto, o cenário de sucessivas migrações de povos oriundos da Europa central não está minimamente comprovado pelo registo arqueológico que não regista descontinuidades culturais, ou de povoamento, que justifiquem sustentar tal interpretação.

Uma outra explicação alternativa para a indo-europeização da Europa foi sugerida, em 1987, pelo pré-historiador britânico Colin Renfrew, o qual, compulsando um vasto acervo de dados arqueológicos e linguísticos, considerou inaceitáveis os argumentos da Paleontologia linguística, que propunha profundas mudanças do substrato étnico das populações da Europa, a partir do III milénio a.C., resultantes de um vasto painel de migrações indo-europeias, oriundas, para uns, da Ásia Central, para outros, da Europa nórdica e, para outros ainda, das estepes Russas. Os argumentos contrapostos por Colin Renfrew para rebater esta tese foram fundamentalmente arqueológicos, pois a cultura material de vastas regiões europeias não parece registar mudanças assinaláveis, em longos períodos de tempo, capazes de corroborar a cronologia das invasões e migrações indo-europeias, proposta pela Arqueologia tradicional. O único fenómeno com consequências demográficas e sociais profundas, capaz de provocar mudanças linguísticas seria, na sua opinião, a própria expansão da agricultura, a partir da Anatólia, por volta do VI milénio a.C., onde estão documentadas populações que falavam o antepassado das línguas indo-europeias. A semelhança a nível social e ideológico das populações indo-europeias seria, neste contexto, o resultado de um processo de convergência histórica, desenvolvido ao longo de milénios, por inevitáveis contactos entre populações vizinhas, ou longínquas.

No que respeita à região em estudo e, de um modo geral, à metade norte da Península, poderíamos aceitar, com base nas premissas de Colin Renfrew, que o fundo indo-europeu pré-celta, que caracteriza a região, já faria parte das populações que aí viveriam no II milénio a.C. que dispunham de uma economia agro-pastoril. Tal proposta explicaria, com vantagem, o profundo enraizamento indo-europeu, a nível linguístico, posteriormente sobreposto, nalgumas áreas por elementos de raiz céltica, bem como a continuidade cultural que parece poder deduzir-se do registo arqueológico, entre finais do II milénio e inícios do I a.C., nada sugestivo da presença de populações etnicamente diferenciadas. De facto, olhando o quadro do povoamento da região, resultante da investigação arqueológica recente, julgamos ser possível questionar o cenário interpretativo migracionista tradicional.

Poderíamos antes admitir que o substrato cultural dos povos proto-históricos do Noroeste português, à data da sua integração no Império romano, corres-

ponderia ao resultado de uma longa evolução socio-económica das populações locais, que participam de desenvolvimentos tecnológicos e sociais pontualmente semelhantes aos de outras regiões europeias, o que indica que esta região se expôs a vários contactos, quer com as zonas ribeirinhas do atlântico, quer do Mediterrâneo. O que sabemos hoje da natureza desses contactos permite considerar que eles não se traduziram na chegada de quantitativos populacionais capazes de alterar a composição física das populações, exprimindo-se, sobretudo, na esfera de uma interacção entre elites de diferentes regiões, que incluiu, a circulação de matérias-primas e de bens de prestígio, usados por populações culturalmente diferenciadas, a celebração de matrimónios, a transmissão e manipulação de informações e comportamentos e, naturalmente, a utilização de léxicos linguísticos comuns que possibilitassem o contacto interregional. Este tipo de interacção terá tido momentos de maior intensidade, como é sugerido pelo registo arqueológico do III milénio a.C., dos finais da Idade do Bronze e dos finais da Idade do Ferro e, também, momentos de retracção, como parece ter acontecido em meados dos II e I milénios antes de Cristo. De qualquer modo, essas interacções, realizadas entre segmentos particulares das comunidades, presumivelmente entre elites, poderão explicar a indo-europeização do Noroeste, bem como a celtização linguística da região. Não precisamos, por isso, de recorrer às explicações tradicionais de substituição de uns povos por outros, para justificar influências linguísticas, sociais, ou religiosas..

Chegados a este ponto da nossa exposição importaria questionar o significado da diferenciação étnica dos povos da região do Noroeste, à data da sua integração no Império romano, uma vez que, no caso vertente, tal diferenciação não parece ter, nem valor rácico, nem linguístico, nem cultural.

## 4

Entre o Mito e a Realidade:  
o discurso crítico

Desde finais dos anos 80, no âmbito de uma Arqueologia de teor crítico, assistimos a um crescente interesse pela compreensão da especificidade dos desenvolvimentos culturais da Pré-História europeia. De certo modo, as explicações predominantemente funcionalistas, que dominaram o quadro da Arqueologia do pós-guerra, usando e abusando da Economia e Ecologia como motores evolutivos das sociedades humanas, não foram de todo satisfatórias para explicar a variabilidade do comportamento cultural. Numa atmosfera de criticismo relativamente às interpretações funcionalistas, as questões do multiculturalismo, da identidade e da etnicidade, voltaram a estar na ordem do dia. A este facto não será estranho, certamente, o quadro político e social da Europa actual que colocou novamente em agenda a legitimidade das questões étnicas.

O debate está hoje naturalmente enriquecido, beneficiando do avanço da investigação em vários domínios, designadamente da Biologia, Genética, Psicologia, Antropologia, Psico-linguística e, naturalmente, também, da própria Arqueologia. Mas, porque o potencial cognitivo de cada disciplina separadamente produz resultados heterogéneos, o debate da paleoetnicidade não pode deixar de ser, naturalmente, complexo e controverso.

Alguns contributos importantes dizem respeito ao corpus teórico da Arqueologia que questionou o tradicional significado daquilo que se designa por “culturas arqueológicas”, tão usadas na prática desta disciplina. Sabemos hoje que tais entidades não são coisas reais, que existiram no passado, mas sim categorias taxonómicas criadas pela investigação. Ora, se assim é, não tem qualquer sentido buscar um significado étnico ou racial para tal categoria, tal como propunha, e propõe ainda, a Arqueologia histórico-culturalista.

É evidente que existem raças, mas a Paleoantropologia moderna adverte-nos para as enormes dificuldades, ou mesmo impossibilidade de diferenciar grupos linguísticos e étnicos de um ponto de vista físico, parecendo apenas

possível distinguir, com algum grau de certeza, certas entidades que correspondem a divisões ráticas maiores, como os europeus, os negróides, australóides e mongólicos.

Neste sentido, teremos que considerar que os factores de identidade e os laços étnicos que se constituem no seio das comunidades humanas não tem uma base física, mas sim cultural. Ou seja, estruturam-se no quadro da vivência e interacção sociais, tendo basicamente por função a sobrevivência, manutenção e coesão dos grupos. Será pois no âmbito cultural que devemos procurar os elementos que podem sustentar a diferenciação étnica.

No entanto, as opiniões partilhadas pelos culturalistas relativamente à natureza dos laços étnicos estão longe de ser unânimes.

Para os primordialistas tais laços são naturais, universais, próprios das sociedades humanas, tal como o parentesco e a linguagem. Não sendo racionais, mas inerentes à natureza humana e à sociabilidade, qualquer comunidade está apta a partilhar sentimentos étnicos, independentemente do seu estado de desenvolvimento cultural.

Assim, poderíamos, considerar que uma qualquer comunidade, terá tendência para desenvolver sentimentos de partilha, que actuam como forma de reprodução e coesão sociais, tanto mais fortes quanto se articulam com estratégias adaptativas de sobrevivência, que incluem a fixação a determinados territórios. Aquilo que se designa por tradição cultural comum, onde cabem, a língua, como sistema de armazenagem e transmissão de mensagens e instrumento que serve a memória social, as mitologias de origem e descendência, os valores e comportamentos, não será afinal mais do que um ambiente, que ajuda, naturalmente, a reforçar estes laços, supostamente espontâneos e primordiais.

No entanto, para os instrumentalistas os laços étnicos e a etnicidade constituem um contexto de mobilização, ou seja, representam um recurso manipulável, instrumental, usado pelos grupos com certos fins, normalmente de natureza económica ou política. Ou seja, a etnicidade é uma construção intencional das comunidades, que emerge em contextos precisos do seu devir

histórico. A etnicidade será então algo socialmente construído, historicamente específico e contextualmente dinâmico, qual arena onde se representam as relações de poder e as resistências de um qualquer grupo ao exterior.

Sem dúvida que a nossa experiência nos demonstra quanto a etnicidade constitui, de facto, um contexto de mobilização e oposição, que se constrói e desconstrói, pelo que temos necessariamente que admitir o seu carácter ideológico e simbólico.

Contudo, haveria que perguntar se a natureza dos laços étnicos não será afinal polivalente, ou seja, primordial, porque inerente à natureza das sociedades humanas, pelo facto de estas experimentarem impulsos de solidariedade mecânica e, simultaneamente, instrumental, porque os laços étnicos são frequentemente manipuláveis, sobretudo quando estão em causa aspectos de sobrevivência e competição dentro e entre grupos.

Os factores determinantes da etnicidade não serão, pois, nem a língua, pois sabemos que grupos étnicos diferentes falam a mesma língua, nem a organização socio-política, porque um grupo étnico pode incluir várias comunidades auto-governadas, nem a cultura material, pois esta pode ser partilhada por um conjunto diferenciado de populações. O que parece ditar a diferenciação dos grupos e a sua identidade, não serão pois factores culturalmente objectivos, mas sim de natureza subjectiva, porque é a auto-consciência dos indivíduos que dita a sua pertença a determinados grupos. Em situações determinadas essa auto-consciência poderá ser estimulada e manipulada servindo vários fins, tornando-se, então, um contexto de mobilidade e competição, que, eventualmente, poderá conduzir ao reforço dos sentimentos de identidade dos grupos.

Olhando novamente o quadro do povoamento da região do Noroeste português poderíamos considerar que as etnias que diferenciavam o conjunto das populações, nos diferentes vales do Entre-Douro-e-Minho, nos finais do I milénio a.C., cujos nomes nos chegaram pela tradição histórica e literária, não resultaram, nem de uma origem étnica variada, nem de utilizarem línguas distintas, nem de possuírem tradições culturais diferentes. Muito provavelmente, terá sido no quadro de uma competição interna pela disputa de

recursos críticos, ou controlo socio-político regional que se terão cristalizado sentimentos de identidade e laços étnicos entre as diferentes comunidades que ocupavam espaços físicos próximos, eventualmente reforçados por laços de parentesco e matrimónio. Este processo poderá corresponder a uma perspectiva primordialista da etnicidade.

No entanto, teremos que considerar, também, que o quadro dos últimos dois séculos antes da nossa era constituiu um contexto favorável para a emulação étnica. O primeiro confronto das populações a Norte do Douro com as tropas romanas, em 136-138 a.C., constitui, por si mesmo, um facto potencialmente estimulante para o reforço de sentimentos de natureza étnica, certamente já existentes, permitindo a sua manipulação instrumental, num contexto de resistência ao invasor. A hegemonia que os *Bracari* adquirem, a partir de então, poderá ter resultado de uma utilização de solidariedades e identidades mais fluidas, quíça partilhadas por unidades étnicas mais pequenas, ocupando áreas próximas, que teriam, por essa via, sido colocadas sob seu controlo. Assim se poderá explicar a grandeza da área territorial controlada politicamente pelos *Bracari*, que se estendia do Douro ao Lima e a sua importância histórica, reconhecida pela administração romana, ao fundar no coração do seu território a única cidade romana criada por Augusto em território actualmente português, a Norte do Douro.

Poderíamos, a título de conclusão, considerar que a etnicidade constitui, afinal, uma das múltiplas produções simbólicas das sociedades humanas, servindo frequentemente como contexto de acção para as mesmas exercitarem as suas estratégias de sobrevivência, de resistência, de domínio, ou, simplesmente, de direito à diferença.

As conotações ráticas atribuídas, num passado recente, às origens étnicas das populações modernas, supostamente deduzidas da Arqueologia, da Língua e da Historiografia, não têm qualquer sentido, senão no contexto da sua manipulação social e política, o que mostra que a etnicidade é, ainda hoje, um conceito instrumental, potencialmente mais perigoso do que nunca. O conceito de etnia pouco tem a ver, também, com as características físicas e genéticas das populações. De facto, a miscigenação é um processo recorrente das sociedades humanas, que não tem que ser forçosamente



maciça. Podendo processar-se por simples contratos matrimoniais, na esfera das elites, não deixa, por isso, de ser menos eficaz.

Sendo verdade que os laços étnicos se constroem culturalmente e porque a construção cultural é um processo permanente, forçoso é que não olhemos a cultura material de uma qualquer região, recuperada pela Arqueologia, seja ela constituída por objectos, habitats, ou estruturas do passado, como sinal de etnicidade, mas sim como contextos que foram usados pelas populações que aí viveram nas suas estratégias sociais e de sobrevivência, hoje esvaziados de significado, senão aquele que lhes podemos atribuir nas nossa interpertações.

De facto, tais interpretações, porque histórica e socialmente determinadas, podem ser muito perigosas: pela atracção que todos temos, hoje como ontem, pelas mitologias simplistas de explicação das nossas origens; pela facilidade com que o discurso arqueológico pode ser manipulado política e ideologicamente. O discurso das origens étnicas das populações modernas constitui, tão só, um excelente e actual exemplo dessa manipulação, contra a qual todos devemos precaver-nos. Sem dúvida que um bom caminho será aquele que nos remete, novamente, para os considerandos do ponto 1 deste breve texto: aquele que nos situa o contexto da construção do conhecimento e sugere a necessidade de o olharmos, sempre, de um modo crítico.

## Nota

<sup>1</sup> As principais fontes são: a *Orla Marítima* de **Rufo Festo Avieno**, poeta latino do século IV da nossa era, que utiliza referências de um périplo arcaico massaliota do século VI a.C. e que fornece a mais remota onomástica da geografia e povoamento do território do ocidente peninsular; a obra *Histórias* (livro 34) do historiador grego **Políbio**, que se refere ao contexto geográfico e etnográfico da Península do século II a.C., baseando-se em observações pessoais do autor, que viajou pelo litoral levantino e meridional, participando, nos anos 134-133 a.C., na guerra de Numância; o livro 3 da *Geografia* de **Estrabão** (64/63 a.C – 24/25), historiador e geógrafo grego, que constitui a principal fonte para o conhecimento da Hispânia Antiga, mas não se basear em informações indirectas, designadamente, em relatos de origem comercial e militar, recolhidos durante as guerras cantábricas e posterior pacificação e na obra de Possidónio, que terá visitado a Península em 90 a.C. e que inclui, por sua vez, notícias de outros geógrafos e historiadores; a *Corografia* do geógrafo **Pompónio Mela**, datada provavelmente do tempo do imperador Cláudio, que representa a mais antiga descrição geográfica e étnica da área atlântica escrita em latim; a *História Natural* de **Plínio**, especialmente os livros 3 e 4, que compilam um vasto acervo de dados referentes à Hispânia do século I; a *Geografia* de **Ptolomeu**, particularmente o capítulo 6 do livro 2, dedicado à Península Ibérica, que localiza, através de coordenadas, acidentes geográficos, rios, povos e cidades, reportando-se a uma realidade datável do século II (ALARCÃO 1992, 339-345; SILVA E GOMES 1992).

## Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1992). Etnogeografia da Fachada Atlântica Ocidental da Península Ibérica, Almagro-Gorbea M. e G. Ruiz Zapatero (eds), *Paleoetnologia de la Peninsula Iberica, Complutum*, 2-3, Madrid, pp. 339-345.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1945). *El poblamiento antiguo y la formacion de los pueblos de España*, México.
- (1942). Two Celtic waves in Spain, *Proceedings of the British Academy*, 26, London.
- CORREA, M. (1924). *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto.
- DIAZ-ANDREU, M. (1996). Constructing identities through culture: the past in the forging of Europe, P. Graves-Brown, P. Sian Jones e C. Gamble (eds). *Cultural identity and Archaeology. The Construction of European Communities*, Routledge, London.
- GRAVES-BROWN, P. Sian Jones e C. Gamble (eds) (1996). *Cultural Identity and Archaeology. The Construction of European Communities*, Routledge, London.
- LAYTON, R. (1989). Who needs the past?, R. Layton (ed), *Who needs the past? Indigenous values and archaeology*, Routledge, One World Archaeology, 5, pp. 3-18.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. (1954). *La Edad del Hierro en el Noroeste (La Cultura de los castros)*, Madrid.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1954). Los pueblos de la España Céltica, *HEMP*, I, 3, pp. 5-299.
- MARTINS, M. e S. O. Jorge (1992). Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, M. Almagro-Gorbea e G. Ruiz Zapatero (eds), *Paleoetnologia de la Peninsula Iberica, Complutum*, 2-3, Madrid, pp. 347-372.
- RENFREW, C. (1987). *Archaeology and language. The puzzle of Indo-European origins*, London.

- ROWLANDS, M. (1994). The politics of identity in Archaeology, George C. Bond e Angela Gilliam(eds), *Social Construction of the Past, Representation as power*, Routledge, One World Archaeology, 24, London, pp. 129-143.
- SANTA OLALLA, M (1945). *Esquema paleontológico de la Península Ibérica*, Madrid.
- SCHULTEN, A. (1963). *Geografía y Etnografía antiguas de la Península Iberica*, II, Madrid.
- SHENNAN, S. J. (ed) (1989). *Archaeological Approaches to Cultural Identity*, Routledge, One World Archaeology, 10, London.
- SILVA, A. C. F. (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- SILVA, A. C. F. e M. V. Gomes (1992). *Proto-História de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.
- SMITH, A. D. (1994). The politics of culture: Ethnicity and nationalism, Tim Ingold (ed), *Companion Encyclopedia of Anthropology. Humanity, Culture and Social Life*, Routledge, pp. 703-733.
- TOVAR, A, (1961). *The Ancient Languages of Spain and Portugal*, New York.
- (1987). Lenguas y pueblos de la Antigua Hispania: Lo que sabemos de nuestros antepasados proto-históricos, *Veleia*, pp. 15-34.
- TRANOY, A. (1981). *La Galice Romaine*, Diffusion du Bocard, Paris.
- UNTERMANN, J. (1963). Estudios sobre las áreas lingüísticas preromanas de la Península Ibérica, *Archivo de Prehistoria Levantina*, 10, pp. 195-262.
- (1965). *Elementos de um atlas antroponímico de la Hispania Antigua*, Madrid.